

A revista O Campeão Brazileiro: imprensa, unidade constitucional e sociabilidade maçônica na província da Bahia (1830-1831)

Pablo Antonio Iglesias
Magalhães [*]

[*] Universidade Federal do Oeste da Bahia — Barreiras
(BA) — Brasil. E-mail: pimagalhaes@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5590-3889>

Resumo: O presente artigo examina a revista intitulada *O Campeão Brasileiro: periodico mensal politico, historico e literario*, impressa na Bahia entre 1830 e 1831, inserindo-a no contexto político e intelectual que a produziu. Com base em exemplares dos seus dois primeiros números, foi possível identificar o anônimo redator, o pernambucano Bernardo José da Gama, personagem ligado às lojas maçônicas nacionais e de grande influência no Primeiro Império (1822-1831), que fez da revista um veículo em defesa da unidade constitucional e da união entre as províncias do Brasil, ao mesmo tempo que a Ordem Imperial apresentava sinais de desgaste político.

Palavras-chave: Tipografia de Serva; História da imprensa no Brasil; Maçonaria; Visconde de Goiana.

O Campeão Brasileiro: press, constitutional unity and masonry sociability at the Bahia province (1830-1831)

Abstract: This article examines the journal entitled *O Campeão Brasileiro* (The Brazilian Champion), printed in Bahia between 1830 and 1831, inserting it in the political and intellectual context that produced it. Based on its two first samples, it was possible to identify the anonymous copywriter, Bernardo José da Gama, a character who was connected to the national masonic lodges and of great influence in the First Empire (1822-1831). He made it a vehicle in defense of constitutional unity and union between the provinces of Brazil when the Imperial Order showed signs of political exhaustion.

Keywords: Serva's typography; History of Brazilian press; Masonry; Viscount of Goiana.

Uma revista política e literária

Em agosto de 1830, a tipografia da Viúva Serva e Filhos (1828-1833) começou a imprimir, em Salvador, *O Campeão Brasileiro: periodico mensal politico, historico e literario*. Os números desse mensário são atualmente raríssimos, e seu formato era o de uma revista com cerca de sessenta páginas que, além de notícias, apresentava textos sobre política, história, corografia e filosofia. Desde a publicação de *As Variedades* (1812), a primeira revista brasileira, impressa pela tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva (1811-1819), não houvera nenhuma outra revista impressa na Bahia, província onde se produzia apenas jornais semanais ou bissemanais. *O Campeão Brasileiro* foi, portanto, a segunda revista impressa na região e tinha um viés político e partidário nitidamente definido pela defesa da Ordem Imperial.

O objetivo do presente estudo é examinar *O Campeão Brasileiro*, identificando o alcance de sua rede de distribuição, os elementos de seu editorial e, por último, a inserção política de seus anônimos redatores no contexto da crise e do declínio do Primeiro Império. Foi necessário, para tanto, apresentar indícios que tornaram possível revelar os personagens que produziram a revista: Bernardo José da Gama, Manoel Antônio da Silva Serva e José Antônio da Silva Serva, conforme será demonstrado adiante.

O enlace entre imprensa e política já está assinalado na historiografia brasileira, particularmente em se tratando do século XIX. No Rio de Janeiro, sede da monarquia portuguesa desde 1808, foi impressa a segunda revista do Brasil, *O Patriota*, editada pelo baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que circulou entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814 (2007, p. 41-66). Essa aproximação entre imprensa e política se consolidou, contudo, no processo de independência, com o aumento do número de tipografias e periódicos no Rio de Janeiro. Isabel Lustosa estudara as disputas políticas registradas nos jornais no período entre a partida do rei D. João VI, em abril de 1821, e o fechamento da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, em novembro de 1823.

A definição de revista não era tão simples para as primeiras décadas do século XIX, na medida em que a palavra de origem francesa *revue* não foi absorvida pelos dicionaristas luso-brasileiros, que pareciam avessos aos galicismos. O *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antônio Moraes Silva, em suas edições de 1789, 1813, 1823 e 1831, não apresenta nenhuma definição para a palavra “revista” como elemento editorial ou tipográfico, mas apenas para sua designação verbal de dar segunda vista. O *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza de frei Domingos Vieira* (Vieira, 1874, v. 5, p. 282) define “revista” como o ato de corrigir.

Para caracterizar um periódico como revista, diferenciando-o do jornal, é necessário a convergência de elementos como volume de folhas, periodicidade dos números, continuidade na colação das páginas ou direcionamento temático. Nas duas primeiras décadas da imprensa no Brasil, alguns periódicos mesclavam características tanto de jornais quanto de revistas, a exemplo do *Correio Braziliense*, de Hipólito José de Costa, impresso em Londres (1808-1823),

e do *Regulador Brasilico-Luso*, do Rio de Janeiro (1822), impresso semanalmente com dezesseis páginas, mas que ainda podia ser caracterizado como jornal. Quase todas as folhas diárias, semanais e bissemanais brasileiras circulavam com uma média de quatro a seis páginas.

O presente estudo contempla a História do Livro, que, por sua vez, dialoga com a História Política e a História Cultural. O conceito de História Cultural é orientado, de acordo com Roger Chartier, pela compreensão de representações, práticas e apropriações culturais nas formas simbólicas diferenciadas da interpretação que os diversos grupos sociais elaboram de si e de outros. A representação, como eixo de abordagem da história cultural, se constrói a partir de práticas sociais concretas, diferenciadas, e coloca em relevo a possibilidade da pluralidade de leituras do mundo (1990, p. 63-65). Assim, imagens, manuscritos, impressos e comportamentos são fontes valiosas nesse tipo de abordagem metodológica, contemplando as práticas literárias, editoriais, e ampliando seu alcance para estudos sistemáticos que visam identificar e analisar, com um enfoque histórico, atuações de agentes produtores do impresso e correlações de suas ações com os circuitos da leitura.

A observação do aspecto material dos impressos, condição para o desenvolvimento desse estudo, movimenta, além dos bibliotecários que se ocupam diretamente do assunto, também os historiadores que buscam compreender a história dos livros e da leitura no seu contexto cultural. A História do Livro configura, desse modo, um dos domínios da História Cultural, direcionando suas investigações para as conjunturas da produção impressa, as técnicas editoriais e a desigual circulação de um livro em determinada sociedade. A partir de questões direcionadas à apropriação do discurso pelo leitor, a História do Livro foi sendo também transformada em história das leituras, nas quais se examinam os diferentes modos de interpretação e assimilação dos textos impressos numa sociedade, bem como as formas plurais com que leitores diferenciados apreendiam e manejavam os discursos contidos nos livros.

Considerar e aplicar a perspectiva da História do Livro com base na apreensão de suas leituras “implica reconhecer o vínculo essencial entre o texto em sua materialidade, que suporta os textos, e as práticas de apropriação” (Chartier, 2001, p. 29). Desse modo, a perspectiva de Chartier se volta à materialidade dos objetos culturais e de sua participação nos processos sociais, analisando, assim, “aspectos materiais do livro e práticas de leitura” (Rockwell, 2001, p. 11). De acordo com Elise Rockwell, a análise da materialidade do texto requer o exame dos aspectos físicos do livro, englobando a disposição do texto nas páginas, a impressão e a encadernação, o tamanho e a extensão. Para a autora, “ilustradores e impressores agregam outros elementos — a proporção e relação entre texto e ilustração, o uso de símbolos e gráficos, tipo e tamanho da fonte, e disposição dos exercícios — que orientam a leitura” (2001, p. 15-16). Isso se alinha com a afirmação de Chartier:

Nessa circunstância, os textos [...] não existem fora de uma materialidade que lhes dá existência. Esta materialidade geralmente é um objeto, um manuscrito

ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas da oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta etc. Todos estes elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido (2001, p. 30).

Assim, ainda segundo Chartier, define-se um modelo de pesquisa que necessariamente “associa as técnicas de análise das disciplinas pouco afeitas a semelhante proximidade: a crítica textual, a história do livro, em todas as suas dimensões, a história sociocultural” (1991, p. 179). Por isso, essas questões e compressões acerca do sentido das formas materiais empresta “um lugar central no campo da história cultural aos saberes mais classicamente eruditos: por exemplo, os da *bibliography*, da paleografia ou da codicologia” (Idem). Eles possibilitam delinear minuciosamente os dispositivos materiais e formais pelos quais os impressos alcançam os leitores, oferecendo recursos para uma história das apropriações. Dessa forma, a produção de *O Campeão Brasileiro* avança significativamente na compreensão da cultura letrada na transição do Primeiro Império para o período regencial.

Consolidada a independência, quase uma década após a publicação de *O Patriota*, já na Corte imperial, houve uma expansão do número de revistas, sendo publicados os *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura* (1822), o *Jornal Scientifico, Econômico e Litterario – ou Colleção de Varias Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias, Anedotas* (maio, junho e julho de 1826), *O Propagador das Sciencias Medicas* (1827-1828), a *Revista Semanaria dos Trabalhos Legislativos da Camara dos Senhores Deputados* (1828) e uma revista destinada ao público feminino brasileiro, *O Espelho Diamantino: periodico de política, litteratura, bellas artes, teatro e modas. Dedicado as senhoras brasileiras* (20 setembro 1827 a 28 abril 1828), veículo que surgiu para “deixar a mulher à altura da civilização e de seus progressos” (Scalzo, 2003, p. 28).

Ainda em janeiro de 1830, foi impresso *O Beija-Flor: Annaes brasileiros de sciencia, politica, litteratura &c.*, lançado pela Typografia de Gueffier (Costa, 2007, p. 75-78). *O Campeão Brasileiro* (1830-1831) foi, portanto, a oitava revista a ser impressa no Brasil e, seguramente, a primeira publicação política da Bahia, compreendendo-a como a ciência da governança de um Estado ou Nação, bem como uma arte de negociação para compatibilizar interesses partidários. Um mês após seu primeiro número, em setembro de 1830, a Typographia de Gueffier e Cia publicou, no Rio de Janeiro, a *Revue Bresilienne, ou recueil de morceaux originaux sur les affaires intérieures de l'empire, la politique, et sur la statisque locale: imitations ou pièces originales de littérature, sciences et arts*, com 75 páginas.

Carlos Roberto da Costa, na sua excelente tese *A Revista no Brasil, o século XIX*, não citou *O Campeão Brasileiro*. Matias Molina dedicou poucas páginas de seu livro aos impressos da Bahia, o que remete à correta afirmação de Luís Guilherme Pontes Tavares de que “urge escrever a história da imprensa baiana” (2008, p. 17).

Há, não obstante, importantes estudos sobre os primeiros periódicos baianos, com destaque para os elaborados por Renato Berbert de Castro e Maria Beatriz Nizza da Silva

sobre a *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823) [Castro, 1969, p. 60-65 e 79-85]. Nizza investigou, em seguida, o *Semanário Cívico* (1821-1823) e o *Diário Constitucional* (1822), ambos impressos nas tipografias da Viúva Serva e Carvalho (1819-1827). Também há estudos sobre a já referida *As Variedades*, cuja autoria pode ser atribuída ao inconfidente português Diogo Soares da Silva e Bivar, possivelmente com a colaboração do padre Ignacio José de Macedo (Vianna, 1943, p. 11-31; Magalhães, 2013, p. 221-262). Não há, contudo, nenhum estudo que contemple *O Campeão Brasileiro*.

A ausência de estudos sobre essa publicação se deve sobretudo à raridade dos exemplares, cuja única referência está nos *Annaes da Imprensa da Bahia*, publicado em 1911 por Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres:

Bahia – 2 de Agosto de 1830-1831. Periódico mensal, político, histórico e literário, tendo como distico os versos de Bocage:

O premio da Virtude he a Virtude.

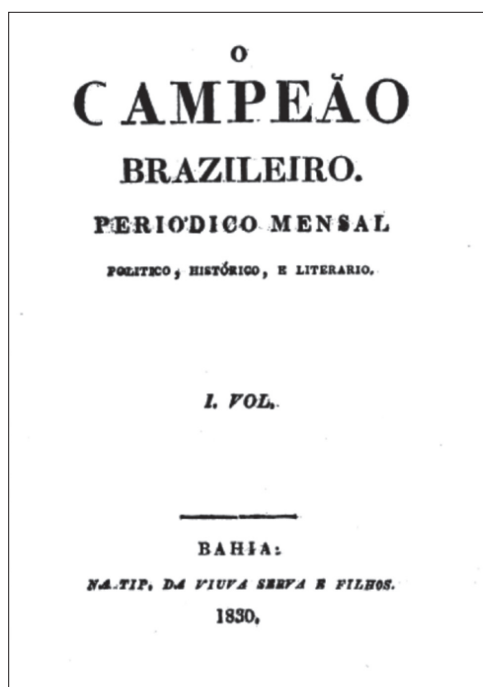
O castigo do Vicio he o proprio Vicio.”

Constava cada número de um fascículo de 60 páginas. Typ. da Viuva Serva & Filhos (Carvalho, 2006: 49-50).

Desde o registro acima, nada mais foi dito sobre *O Campeão Brasileiro*. É possível deduzir que os autores dos *Annaes* tenham se valido dos exemplares da Biblioteca Pública da Bahia, bombardeada e incendiada em 1912. Em Salvador não existe mais nenhum número conservado, nem na Biblioteca Pública do Estado nem no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Foi possível, porém, encontrar o primeiro número de *O Campeão Brasileiro*, de agosto de 1830, conservado na Biblioteca Nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek, ÖNB), em Viena, sob número de chamada 26230-B, cuja descrição do frontispício é “Nº I. / O Campeão Brasileiro. / Periodico mensal / político, historico, e literario. / Setembro de 1830. / I vol. / Bahia: / na typ. da Viuva Serva e Filhos / 1830”.¹ No primeiro número foi impresso também o prospecto daquele periódico entre as páginas I e VI. Sua numeração começa na página I e termina na 67. O exame desse exemplar único revela muito sobre a província da Bahia nos últimos anos do governo de D. Pedro I, conforme será demonstrado adiante.

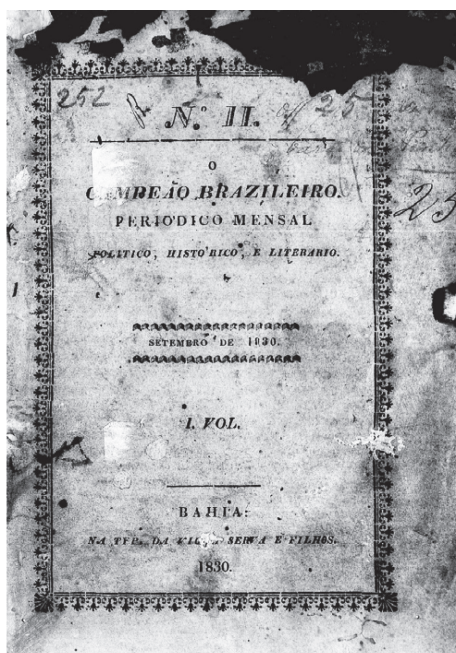
¹ Disponível em: <<http://data.onb.ac.at/rec/AC09755957>>. Acesso em 8 jan. 2017.



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek).

Foi possível encontrar também o segundo número da revista, de setembro de 1830, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, catalogado com a indicação S.L.R., ref. P19, 2, 55, lendo-se na sua capa: “Nº II. / O Campeão Brasileiro. / Periodico mensal / politico, historico, e literario. / Setembro de 1830. / I vol. / Bahia: / na Typ. da Viuva Serva e Filhos / 1830”.² A numeração começa na página 68 e termina na 135. Esse decerto é o exemplar indicado no catálogo da Exposição de História do Brasil, feita no Rio de Janeiro em 1881, sob número 4924, em que está registrado “O Campeão Brasileiro: 1830, in-4º (B.N.)” [Catálogo, 1881, p. 495].

² Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815225>>. Acesso em: 8 jan. 2017.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

É possível afirmar que o periódico alcançou até o sexto número, formando dois volumes completos, cada qual com três números. Em um dos catálogos de leilão de livros organizado pelo alfarrabista portuense Manuel dos Santos, consta a indicação do número VI de *O Campeão Brasileiro*, de janeiro de 1831: “in-4º peq. de 125 a página 188” (Santos, 1927). O exemplar em questão está atualmente desaparecido.

Há indícios de que houve um suplemento à revista. O jornal *O Popular*, impresso no Recife, publicou um “Extracto do Campeão Brasileiro – Suplemento extraordinario”, com o título “Revolução d’Hespanha”, anunciando que Barcelona e Catalunha estavam sob o governo dos constitucionais.³ O artigo finaliza atacando o absolutismo miguelista em Portugal. Além dessa, não há outra referência para indicar a existência de um suplemento extraordinário de *O Campeão Brasileiro*.

Não se pode imputar a raridade dos exemplares a qualquer tipo de censura política. Primeiro porque não há nenhum registro de que o periódico tenha ferido a Lei de Imprensa de 1830.⁴ É notório que os anos de 1826 e 1831 foram assinalados por maior liberdade de imprensa, o que resultou na expansão do número de tipografias e periódicos (Ipanema,

³ *O Popular* (Recife), n. 43, p. 168, 23 out. 1830.

⁴ *O Imparcial Brasileiro* (Rio de Janeiro), n. 107, p. 1-2, 6 nov. 1830.

1984, p. 10). Em segundo lugar, a revista, além dos textos de natureza histórica, geográfica e filosófica, era, em política, uma defensora da dinastia bragantina no Brasil, o que pode ser confirmado pelo exame dos dois primeiros números. Até o presente não foram identificados exemplares dos números III, IV, V e VI de *O Campeão Brasileiro*.

Há a esperança de que exemplares desses números desaparecidos possam ser encontrados em bibliotecas ou coleções particulares na Europa. Sabe-se que Manoel Antônio da Silva Serva, na primeira fase da tipografia de Serva (1811-1819), organizou um eficiente sistema de distribuição de seus impressos para revenda nas principais cidades de Portugal (Magalhães, 2016, p. 223-256). Após a morte do empresário no Rio de Janeiro, em agosto de 1819, e o acirramento da guerra entre brasileiros e portugueses, até julho de 1823, essa rede de revenda de impressos baianos na Europa, se não foi completamente extinta, diminuiu significativamente. *O Campeão Brasileiro*, todavia, foi uma exceção e parece ter sido o único impresso da segunda fase da tipografia de Serva que continuou a ser vendido nas principais cidades europeias, por meio de uma rede de distribuidores em Londres, Paris, Marselha, Le Havre e Gibraltar. As cidades portuguesas, contudo, não estavam incluídas nessa distribuição. De acordo com o prospecto, *O Campeão Brasileiro* era vendido em livreiros nas seguintes cidades europeias:

Em Londres em caza de Dulau e Comp.^a Soho-Square N.º 37.

Em Paris em caza de Mr. L'Avocat, Palais Royal.

Em Marselha em caza de Mr. Sibour.

No Havre em caza de Mr. Viemonte, e em todos os livreiros.

Em Gibraltar em caza do Sr. Machado, e Comp.^a (*O Campeão*, agosto de 1830, p. III e IV).

É possível identificar os responsáveis pela distribuição de *O Campeão Brasileiro* na Europa. O distribuidor da revista em Marselha, no sul da França, certo mr. Sibour, era possivelmente Victor Sibour (1784-1852), advogado que viria a ser o secretário da prefeitura de Marignane e autor de dois poemas heroico-cômicos impressos em 1833 e 1838.⁵ O sr. Machado, de Gibraltar, era sem dúvida Francisco Xavier Machado, acionista do Banco de Lisboa e cujo irmão, Manuel José Machado, era proprietário de uma das mais poderosas casas comerciais de Portugal, com filiais na Bahia — que orçava mais de 2 mil contos —, no Pará, em Gibraltar e em Algeciras (Leal, 1874, v. 2, p. 254).

O distribuidor em Le Havre era mr. Viemonte, certamente o comerciante e armador português Antonio Viamonte, que financiou as *Obras Completas de Filinto Elisio*, impressas

⁵ Foi possível identificar os seguintes impressos assinados por Sibour: *La Marignanado: pouemo heroui-coumique, en quatre chants, suivi de cansouns badinos / per un marignanen*. Aix: H. Gaudibert, 1833; *La coucho deis froouquos ou la marsillado: pouèmo héroi-coumiqué en très chants / per Victor Sibour dé Marignano*. Marseille: Senés, 1838.

por Auguste Bobée, em Paris. Almeida Garret foi quem revelou as qualidades de mecenas de Viemonte:

Desterrado da pátria, e na longa peregrinação da sua vida que durou até os 80 e tantos annos, Francisco Manoel andou sempre escrevendo e imprimindo. O seu nome tinha chegado ja ao mais alto grau de reputação litteraria entre nacionaes e estrangeiros, quando um livreiro do Porto, o Sr. França, ajudado e favorecido de alguns zelosos patriotas, e especialmente do Sr. **Viamonte, negociante portuguez no Havre-de-Graça**, emprenheu em 1816 (vindo a completar-se em 1819) a grande e uniforme edição de 11 volumes em oitavo, que se fez em Pariz na Officina de A. Bobée (1842, p. 329, grifo nosso).

Garrett, durante seu exílio em Le Havre, entre 1825 e 1826, utilizou o endereço de Viamonte para receber seu correio, indicando uma relação de proteção e mecenato. John Adamson, autor das *Memoirs of the Life and Writtings of Luis de Camoens* (1820), escreveu, a 28 de janeiro de 1826, uma carta para Garrett, que publicara *Camões* no ano anterior, endereçando-a a “Mrs. Viamonte & C^o” (Bulletin, 1967, p. 169). O comerciante vendia também a coleção do periódico parisiense, impresso por Auguste Bobée em língua portuguesa, *Annaes das sciencias, das artes, e das letras: por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris*, que na Bahia teve representação comercial pela tipografia da Viúva Serva e Carvalho. É notório que a firma Viamonte et Cie mantinha relações comerciais diretas com os portos do Brasil (Schneider, 1975, p. 119 e 206).

Além da pretensão internacional, *O Campeão Brasileiro* teve também uma eficiente rede de distribuição no amplo território do Império brasileiro. Seu prospecto foi divulgado, *ipsis litteris*, no *Diário de Pernambuco* e no *Cruzeiro*, ambos jornais impressos no Recife.⁶ Na província de Pernambuco, o agente responsável por distribuir *O Campeão Brasileiro* era um tal Antonio José Gomes:

Antonio Joze Gomes participa ao Publico, que recebe subscrições para o Campeão Brasileiro, Periodico mensal da Bahia, Constitucional e bem redigido, e tem em seu poder ate o n.º 4: tambem vende avulsos, e o preço da subscrição por trimestre é 1,600 rs. As pessoas que quizerem comprar ou subscrever dirijão-se á rua da Aurora casa do anunciante, ou ao Correio.⁷

O Campeão Brasileiro foi anunciado inclusive em São João d’El-Rei, na província de Minas Gerais:

Na Bahia vai apparecer, se he que já não sahio a publico hum Periodico mensal o *Campeão Brasileiro*; segundo o que observamos no Prospecto elle contem parte

⁶ *Diário de Pernambuco* (Recife), n. 445, p. 2999-3000, 4 ago. 1830. *O Cruzeiro* (Recife), n. 107, p. 427-428, 15 set. 1830.

⁷ *Diário de Pernambuco* (Recife), n. 23, p. 94, 29 jan. 1831.

instructiva sobre todos os ramos do commercio, agricultura, e industria; são sempre interessantes jornaes desta Natureza.⁸

A Corte fluminense, contudo, parece ter absorvido a maior parte dos números da revista baiana, que eram vendidos na loja de Silvino José d'Almeida, na Praça da Constituição. Logo em seguida à extinção do referido periódico, foi anunciado em *O Constitucional*, do Rio de Janeiro, que

vendem-se no Escritorio Mercantil as interessantes Collecções do Campeão Brasileiro ultimamente chegadas da Bahia: compõe-se de 5 folhetos em 4.º de 60 folhas cada hum; o preço de cada Collecção he 4\$000, e cada numero avulso trez patacas em cobre. Esta obra he de grande utilidade para todos os Brasileiros; seu principal objecto he a deffeza dos Direitos Nacionaes; trata da Topografia, e Corografia Brasilica; da Historias (sic) dos Philosophos antigos e modernos, e de outros muitos objectos interessantes.⁹

O *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro, anunciou para venda 150 coleções de *O Campeão Brasileiro*, compreendendo somente os números de I a V.

No Escritorio mercantil estabelecido na rua do Ouvidor n. 215 no 1.º andar, porta n. 3 ha para vender 150 Collecções do Campeão Brasileiro chegadas ultimamente da Bahia. Estas Collecções vendem-se ou todas juntas, ou separadas e compoem-se cada huma de 5 folhetos em 4.º de 60 paginas cada hum. Trata-se nesta interessante obra da Topografia e Corografia do Brasil; assim como da historia dos Philosophos antigos, e modernos, e noticias Nacionaes, e estrangeiras; porem o seu principal objecto he deffender os Direitos Nacionaes Brasileiros, e refutar quantos artigos aparecem anti Contitucionaes, (sic) ou contra a boa ordem. O preço da Collecção (que se compoem de 5 folhetos) he de 4\$000, em papel, e cada n. avulso 640 em metal. Essa obra he interessantissima para todos os Brasileiros com particularidade por ser util em todas as épocas, e deffender seus direitos, com o maior denodo.¹⁰

O preço da coleção quase completa da revista, 4 mil réis, era relativamente caro, se comparado às novelas, que custavam 200 ou 300 réis, mas o valor da assinatura trimestral não chegava a ser proibitivo. O circuito de vendas da revista contemplou, além da Corte fluminense — que era o centro do Império —, as províncias que mais demonstrações de insatisfação política davam ao governo no Rio de Janeiro. Não raro, essa insatisfação se traduzia por meio de rebeliões populares ou militares que colocavam em xeque a unidade

⁸ *O Mentor das Brasileiras* (S. João d'El-Rei), n. 43, p. 344, 24 set. 1830.

⁹ *O Constitucional* (Rio de Janeiro), n. 12, p. 4, 18 maio 1831.

¹⁰ *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro), v. 2, n. 92, p. 360, 28 abr. 1831.

territorial conseguida a duras penas após a Independência, em 1822. Vale mencionar que a revista foi publicada apenas cinco anos após o fuzilamento de frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825) e que a instabilidade dos últimos anos do primeiro Império se faziam sentir com muita força na província de Pernambuco.

Na Bahia, que ainda se recuperava da devastadora guerra civil ocorrida entre 1822 e 1823, a revista surgiu em meio às conspirações políticas que questionavam a legitimidade da Ordem Imperial fluminense e que culminariam nas revoluções federalistas que tiveram lugar em Salvador e nas vilas do Recôncavo Baiano entre 1831 e 1833. O Levante do Imperador, por exemplo, foi um “episódio que resultou num manifesto assinado por habitantes do Recôncavo, em 18 de maio de 1831, [no qual] proprietários de terras, acreditando na ameaça de guerra civil e diante da anarquia em que se encontrava o Recôncavo, queriam restabelecer a ordem” (Aras, 1995, p. 77-86).

Por isso, é factível afirmar que *O Campeão Brasileiro* foi um projeto editorial das elites políticas, locais e imperiais, para legitimar o governo de Pedro I e contornar o já inevitável cenário de instabilidade política. Os dois números consultados, que obedecem fielmente ao prospecto, se dividem em seis seções de artigos: o primeiro tem por título a “Defeza dos Direitos Nacionaes”, o segundo trata de história geral, o terceiro aborda elementos de corografia e história do Brasil, o quarto oferece notícias estrangeiras, o quinto apresenta as notícias nacionais e, por fim, o sexto tem por título “Debate, analyze, ou reffutação de artigos anti-Constitucionaes, e noticias falças, e aterradoras”. Todos os seis artigos são direcionados a um ideal de manutenção da ordem imperial e da unidade territorial.

Essa tentativa, limitada, de construir uma história do Brasil nas páginas da revista é importante por preceder em uma década a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1839, e porque não havia sido publicada nenhuma história geral do Brasil, o que somente foi feito por Francisco Solano Constâncio, José Inácio de Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen anos depois. O IHGB e a *História geral* de Varnhagen (1854-57) foram desenvolvidos com o objetivo de legitimar a monarquia e unificar as elites provinciais em torno de elementos históricos elegidos no calor das lutas internas que assolaram o Brasil entre 1835 e 1845 ou após elas terem sido superadas.

O redator de *O Campeão Brasileiro*, precocemente, ainda antes do fim do governo de Pedro I, buscou construir uma “corografia e topografia do Brasil” (ago. 1830, p. 32-37) orientada por elementos históricos. Após definir as fronteiras geográficas do Império, o autor retoma a ideia, que perpassou quase todo o período colonial, de que o “Brazil he o Paraizo do Universo”. Além disso, busca legitimar a primazia portuguesa no Brasil a partir do “descobridor” Pedro Álvares Cabral em 1500. Apesar de reconhecer suas limitações literárias, o autor anônimo afirma que se ofereceu “para prestar á Nação Brasileira este Serviço”. No mês seguinte, continuou o artigo, em que apresentou e discutiu a divisão administrativa do Brasil entre a colônia e o Império (set. 1830, p. 96-106).

Isso reforça a ideia de que o autor desse esboço histórico era partidário do projeto que unificou as províncias sob o monarca e que já percebia os conflitos que a deposição do imperador acarretaria. Tentou criar uma unidade histórica para o Brasil, mas, infelizmente, só os dois primeiros fascículos puderam ser consultados e não foi possível apurar a aceitação deles.

O Campeão Brasileiro N. I



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek).

O objetivo da publicação está explícito no seu prospecto, impresso tanto no corpo da revista quando amplamente divulgado, conforme demonstrado, em diversos periódicos das províncias do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Minas Gerais. De acordo com o prospecto, a revista buscava

defender constantemente os Direitos dos Cidadãos Brasileiros, será o primeiro, e o principal objecto, deste novo Periódico. Sim eu o farei revistido de hum verdadeiro amor Pátrio! Mostrarei ao Mundo que esta grande Nação, mesmo na sua infancia, tem dado provas as mais incontestaveis, do seu grande Patriotismo, e do seu nobre carácter; e combaterei com infatigavel zelo que, todas, e quaesquer idéas que fôrem conducentes a dezorganizar, o Constitucional

Systêma que felizmente nos rége. A SAGRADA CONSTITUIÇÃO, será o firme Baluarte que nos ha de deffender contra o Despotismo. Despotismo, nunca mais; antes morrer em deffeza da Pátria, que tornar á escravidão. Se as algemas felizmente se quebrarão; se hõje sois livres; se figuraes com esplendor entre as primeiras Nações do Universo, he por que soubesteis manter a vossa independencia, acrizolar o vosso Patriotismo, e unir-vos, para debelar a Rebelião, e o Despotismo. O Povo que uma vez quiz ser livre, nenhuma força o pôde escravizar; mas lembrai-vos que sem união, sem patriotismo, e sem tranquilidade, não pode vigorizar a Constituição, que he a verdadeira árvore da Liberdade (*O Campeão*, ago. 1830, p. 1).

Esse primeiro número trazia um retrato de D. Pedro I que não foi feito na tipografia de Serva, mas comprado no Rio de Janeiro e anexado ao volume. Tal retrato em que Pedro aparece inchado de comendas de ordens militares, segurando na mão esquerda o cabo de uma espada embainhada e, na direita, as cartas constitucionais do Brasil (1823) e de Portugal (1826), assim como os artigos da revista, buscava legitimar a figura do imperador e o seu governo por meio da sua representação manuseando, de maneira equilibrada, o poder militar e a justiça.

Não deve ser descartada a hipótese de que a raridade de *O Campeão Brasileiro* se deva, em grande medida, à sua rejeição pelos opositores do governo de D. Pedro I, cujo número era bastante significativo na Bahia e nas províncias do norte do Império. Para melhor compreender seu projeto editorial, devem-se identificar os personagens que a produziram e imprimiram.

O redator de *O Campeão Brasileiro*

A maior parte dos periódicos baianos da primeira metade do século XIX manteve seus redatores sob anonimato, a fim de preservar sua integridade física ou protegê-los da acusação de abusos da Lei da Imprensa. De acordo com essa lei, não havia restrições ao anonimato ou ao uso de pseudônimos na imprensa, mas foram estabelecidos dispositivos jurídicos contra os “abusos de liberdade de imprensa” que permitiam alcançar e responsabilizar os autores acusados de injúrias, calúnias, provocações e zombarias contra o imperador, o governo e a religião oficial:

Art. 7. He responsavel pelos abusos de qualquer impresso; ou gravura: 1. o Impressor; o qual ficará isempto de responsabilidade, mostrando por escrito obrigação de responsabilidade do Edictor [...]; 2. o Edictor, que se obrigou; o qual ficará isempto da responsabilidade, mostrando obrigação, pela qual o author se responsabilise [...]; o Author que se obrigou: o vendedor, e o que fizer distribuir os impressos, ou gravuras, quando não constar quem he o Impressor (*O Imparcial*, 6 nov. 1830, p. 2).

A análise dos dois números de *O Campeão Brasileiro* permitiu, contudo, identificar, sem margens para dúvidas, pelo menos seu redator, Bernardo José da Gama (1782-1854), e seu editor, José Antônio da Silva Serva. O primeiro era filho de Amaro Bernardo da Gama e de Francisca Maria da Conceição.¹¹ O pernambucano, que receberia o título de visconde de Goiana, foi um dos protagonistas na construção da Ordem Imperial brasileira, atuando desde o início das lutas pela Independência, em 1821, até a consolidação do Segundo Império (1840-1889).

Apesar de *O Campeão Brasileiro* manter o anonimato de seu redator, ele deixou, no segundo número, alguns elementos que permitem sua identificação. Essas informações se encerram num debate travado contra Bernardino Ferreira Nobrega, que então era o redator do jornal baiano *Escudo da Constituição Brasileira*. A divergência, que teve início no primeiro número de *O Campeão*, ocorreu em torno da questão da vinda de colonos da Europa e da Ásia para o Brasil, de que se mostrou contrário o redator da revista. Não foi possível localizar o número de o *Escudo da Constituição Brasileira* com a réplica de Nobrega, mas a tréplica elaborada pelo redator anônimo de *O Campeão* permitiu quebrar o anonimato e identificá-lo.

O debate ocorre no art. 6, entre as páginas 127 e 134 do número II da revista, no qual “o Redactor do Campeão tem a honra de dirigir o presente artigo ao Sr. Redactor do Escudo da Constituição Brasileira”. Na resposta a Nobrega, o autor observou que “o fim que me propuz quando intentei escrever o Campeão foi somente o de prestar serviço público ao Brazil, e á Sagrada Cauza da Liberdade” (*O Campeão*, set. 1830, p. 127-128). Pela leitura do mesmo artigo, é possível afirmar que o autor é igual ao do art. 1 do número I, que gerou a controvérsia com o redator do *Escudo da Constituição* (*Idem*, p. 133). Em seguida, o redator anônimo inicia o texto com o qual foi possível identificá-lo:

Antes da sua Independência já eu era liberal, ja eu tinha concorrido com risco da propria vida, para que s'estabelecesse uma Constituição no Brazil, como effectivamente veio a estabelecêr-se em 1821; já eu tinha deffendido corajosamente a Dignidade do Brazil no Rio de Janeiro, fazendo ver os arbitrarios, e incurias procedimentos das Côrtes de Lisboa em uma Memoria que offerecí a S.M. Imperial, ainda então Principe Regente do Brazil, que Se Dignou approva-la; sempre declamei contra as violentas Refórmãs, que as Côrtes de Lisboa pretendião fazer no Brazil; sempre disse, que se não devião mandar tropas Portuguezas para este Paiz, porque era uma deliberação violenta, e ante-política; sempre disse, que os Deputados do Brazil devião ser tratados com a mesma consideração e Dignidade, que os Deputados de Portugal; e que se não devião decretar medidas violentas

¹¹ O melhor estudo sobre a trajetória de Gama ainda é o de: VIANA, Hélio. Bernardo José da Gama. Visconde Goiana: Pedinchão-mor do Reino e do Império (1782-1854). *Vultos do Império*. São Paulo: Nacional, 1968, p. 31-73. O texto foi originalmente uma série de oito artigos publicados no *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, em 1961: “Bernardo José da Gama, da Colônia ao Reino” (17/3/61); “Bernardo José da Gama, do Reino ao Império” (24/3/61); “Bernardo José da Gama no Primeiro Reinado” (31/3/61); “O visconde de Goiana no Primeiro Reinado” (7/4/61); “O visconde de Goiana na Regência provisória” (21/4/61); “O visconde de Goiana, presidente deposto do Pará (28/4/61); “O visconde de Goiana nas Regências Trina e Una” (5/5/61); “O visconde de Goiana no Segundo Reinado” (12/5/61).

contra o Brazil, quando se acabava de proclamar a igualdade do Cidadão, e da lei, muito principalmente não estando reunidos ainda em Lisbôa todos os Deputados Brasileiros. Eu fui talvez o primeiro escritor que provou de uma fôrma incontestável a necessidade absoluta que havia de S. Magestade Imperial (ainda então Lugar Tenente de seu Augusto Pai) ficar no Brazil, demonstrando as vantagens que poderião resultar d'esta deliberação de Sua Magestade, as quaes bem depressa vierão a reconhecer-se. Eu fui o 1.º Escripitor que escreveo a favor da Legitimidade, e dos inaufereíveis Direitos que S. M. I. tinha á Corôa Portugueza. Finalmente, no Brazil, em Portugal, na França, na Espanha, e outroz Paizes que tenho viajado, e mesmo entre os Inglezes... sempre fui um constante deffensôr da Cauza dos Brasileiros, tanto no mar como em terra, tanto por palavras como por escripto. Alguns d'estes escriptos forão publicados no Rio de Janeiro, outros em Lisbôa, e alguns mesmo em París, que ainda hõje existem impressos em Portuguez, e em Francez, e tem sido lidos por muitas pessoas, Nacionaes, e Estrangeiras, que os tem aprovado (*O Campeão*, set. 1830, p. 127-128).

Diante desse conjunto de declarações, é factível afirmar que o autor dessas linhas de *O Campeão Brasileiro* é Bernardo José da Gama. Primeiro, a memória a que se refere o autor, logo no início das linhas acima, é certamente a *Memoria sobre as principaes cauzas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas provincias offercida ao Principe Real por B.J.G. 1º anno da Regeneração do Brasil*, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 48 páginas, concluída a 10 de janeiro de 1822. As letras B. J. G são, sem dúvida, as iniciais de Bernardo José da Gama, algo com o qual todos os bibliógrafos brasileiros concordam (Paiva, 1929, p. 27).

Bernardo José da Gama.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, Coleção Francisco Rodrigues; FR-2202.

É necessário comparar o parágrafo acima com o texto da *Memoria* de 1822, que indica a similaridade de ideias e vocabulário. O oculto redator afirma que “sempre declamei contra as violentas Refórmias, que as Côrtes de Lisboa pretendião fazer no Brazil; sempre disse, que se não devião mandar tropas Portuguezas para este Paiz, porque era uma deliberação violenta, e ante-politica” (*O Campeão*, set. 1830, p. 128, grifo nosso). Isso é quase *ipsis litteris* a afirmação de Gama na *Memoria sobre as principaes cauzas*, impressa em janeiro de 1822: “Tal o favorito terror de anti-Constitucional, com que se sufocava a voz do illustre Basto, que opinava contra a impolitica emissão de Tropas para o Rio de Janeiro” (1822, p. 29, grifo nosso).

O governo português projetou um envio de contingentes militares para o Rio de Janeiro com o objetivo de manter o controle sobre a capital da colônia, mas encontrou franca oposição por parte dos deputados brasileiros, como Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes.

O redator anônimo de *O Campeão* ofereceu outros indícios sobre sua identidade, também por apresentar informações sobre seus escritos anteriores. Ele afirma que

sempre disse que os Deputados do Brazil devião ser tratados com a mesma consideração e Dignidade, que os Deputados de Portugal; e que se não devião decretar medidas violentas contra o Brazil, quando se acabava de proclamar a igualdade do Cidadão, e da lei, muito principalmente não estando reunidos ainda em Lisbôa todos os Deputados Brasileiros (set. 1830, p. 128).

Ao examinar a já referida *Memoria* de 1822, encontra-se o Capítulo 4, intitulado “O descredito, o aviltamento e o desprezo na pessoa dos Representantes do Brazil” (Gama, 1822, p. 26).

Todos os tratos de vilipendio, com que são olhados os nossos Representantes, podem-se rezumir ao que se acha nas actas da propaganda na Sessão de 3 de Agosto, Diario das Cortes N. 143, quando o Snr. [Francisco Simões] Margiochi, antes de ouvir os votos do Brazil sobre a extinção da escravatura, já os removia com as terriveis formaes palavras: *se os Deputados do Brazil vierem com principios contrarios à estas indicações não devem ser até admittidos aqui*. [...] Sobre tantos erros, e tão repetidos, que para evitar bastaria a mais ligeira noticia destas Províncias, accresce não só a falta de polidez, e respeito, que devia ser inseparável de hum Soberano Congresso, mas taõbem a picante incivilidade, com que toscamente so removem os Irmãos, e collaboradores de huma Constituição!

Em seguida, o redator afirma: “Fui talvez o primeiro escritor que provou de uma forma incontestável a necessidade absoluta que havia de S. Magestade Imperial (ainda então Lugar Tenente de seu Augusto Pai) ficar no Brazil, demonstrando as vantagens que poderião resultar d’esta deliberação de Sua Magestade” (*O Campeão*, set. 1830, p. 128). Essa proposta, que se materializaria no “Dia do Fico”, ocorrido a 9 de janeiro de 1822, dia anterior à impressão do panfleto de B. J. G, também está explícito na *Memoria sobre as principaes cauzas*:

Em fim he o Príncipe necessariamente amável, como o verdadeiro apoio, e nivelador dos negócios públicos; he o justo garante dos trez poderes, e das virtudes; hum Cidadão coroado, que equilibrando todos os laços da publica prosperidade, faz ao mesmo tempo o respeito, e as delicias da sua Naçaõ. Huma vez tomada a rezoluçaõ de ficar no Brasil, he precizo não misturar o methodo velho com o novo, como adverte Mr. De Pradt, mas sim interessar-se decisivamente como Brasileiro, e tomar medidas muito serias sobre o estado dúbio, e perigozo, em que naufragão as Províncias (Gama, 1822, p. 43).

Gama foi um dos 58 signatários do manifesto de 9 de janeiro, impresso por ordem de José Bonifácio a 21 daquele mês, que representava ao príncipe regente que ficasse no Brasil (Rodrigues, 1875, v. 1, p. 126). Segundo Evaldo Cabral de Mello, Gama se apresentava “como o único monárquico-constitucionalista sincero que havia em Pernambuco, desdobrava-se em intrigas contra os conterrâneos, espionando os colegas de bancada e entregando ao Imperador uma lista de pessoas que deveriam ficar retidas no Rio ou serem retiradas da província” (2004, p. 126). O cronista Domingos Raiol, barão de Guajará, afirma que Gama “professara sempre os dogmas da escola liberal [e que] a nacionalidade brasileira era a idéia que mais lisonjeava o seu espírito; defendeu-a até com fanatismo” (1865, p. 29).

Não há dúvidas quanto ao seu alinhamento ao projeto imperial centralizado no Rio de Janeiro e na figura de Pedro I. *O Campeão Brasileiro* foi, portanto, uma expressão desse alinhamento junto à Ordem Imperial fluminense. Sua orientação política lhe trouxe inimigos da estatura de frei Joaquim do Amor Divino Caneca, a quem apelidara de Bandalho, “porque Bandalho quer dizer má cousa” (Mello, 1875, v. 2, p. 276-277).

Uma questão, contudo, permanece em aberto. Gama, ainda no art. 6, afirmou que “alguns d’estes [seus] escriptos forão publicados no Rio de Janeiro, outros em Lisbõa, e alguns mesmo em Paris, que ainda hõje existem impressos em Portuguez, e em Francez, e tem sido lidos por muitas pessoas, Nacionaes, e Estrangeiras, que os tem aprovado” (*O Campeão*, set. 1830, p. 128). Não foi possível, até o presente momento, identificar os impressos lisboetas e parisienses de Gama. Borba Moraes ou Sacramento Blake não identificam esses impressos. É notório, contudo, que ele esteve duas vezes em Portugal.

Na primeira, seguiu para fazer os estudos superiores em Coimbra, onde se tornou bacharel em direito, às vésperas das invasões napoleônicas. Voltou para o Brasil num dos navios da comitiva real que deixaram o porto do Tejo em 1807. No ano seguinte, foi nomeado juiz de fora da província do Maranhão. Naquela capitania participou do governo provisório, de maio a novembro de 1811. Em 1815, foi nomeado para a ouvidoria de Sabará, onde permaneceu até 1818, ano em que foi deportado para Portugal, suspeito de simpatia pela Revolução de 1817.

Em Portugal, ocupou o cargo de corregedor do crime de Lisboa até voltar para o Brasil e ser nomeado desembargador da relação de Pernambuco, em 1821. Se de fato publicou nesse

período, é possível que o tenha feito sob anonimato, e identificar esses escritos é um desafio para os pesquisadores da bibliografia brasileira.

Os impressos fluminenses de Gama são, no entanto, relativamente mais fáceis de serem identificados, já que foram registrados por Sacramento Blake. Além da referida *Memoria* de 10 de janeiro de 1822, existe outra intitulada *Memoria sobre as principaes cauzas, porque deve o Rio de Janeiro conservar a união com Pernambuco oferecida à Sua Magestade Imperial Defensor Perpetuo do Brazil por B.J.G.*, Imprensa Nacional, 1823, 125 páginas. Também há uma *Carta de Bernardo José da Gama a José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos*, datada do Rio de Janeiro, a 16 de março de 1822, Imprensa Régia, 6 páginas. Esse folheto gerou uma controvérsia junto a Manoel de Freitas Pacheco, que publicou uma réplica a 12 de fevereiro de 1822, afirmando que “o dito Gama, he hum Ladrão, mentiroso, falsario, inimigo da Família Real, revolucionario, e capaz dos maiores crimes”.¹²

Por fim, há o *Resumo das instituições politicas do barão de Bienfeld, parafraseadas, e accommodadas à forma actual de governo no Imperio do Brasil. Offerecido à mocidade Brasiliense por Hum seo compatriota pernambucano*, Tipografia Nacional, 1823, 90 páginas. Há ainda a notícia de que Gama “fez um projecto de Codigo do Processo Civil Criminal, que foi apresentado á camara dos deputados por proposta do ministro, e a respectiva commissão o mandou imprimir” (Silva, 1871, p. 24-25).

Desde 1822, já no Brasil, o pernambucano demonstrou saber manejar a imprensa, como tantos outros políticos de seu tempo, a favor de seus interesses políticos. Recorreu ao seu primo, frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que seria conhecido como “padre Carapuceiro”, para criar *O Conciliador Nacional*, no Recife, em 1822. Sobre isso escreveu Ariel Feldman:

Antes do grupo maçônico de Gonçalves Ledo ser reprimido e expatriado por Bonifácio, o que ocorreu a 2 de novembro de 1822, o futuro Visconde de Goiana já havia feito valer sua influência política na Corte, pois havia sido nomeado presidente do Tribunal da Relação de Pernambuco. Tratava-se de uma nova instituição criada pelo ministério bonifacista para afirmar sua política de enfrentamento com as Cortes na questão da existência de tribunais superiores no Brasil. Chegou ao Recife, ao que parece, no dia 2 de julho. Ao seu lado, estavam as tropas Pernambucanas envolvidas na Revolução de 1817, as quais haviam sido deportadas para atuar na Guerra da Cisplatina. Qual era a missão de Bernardo José da Gama? Conseguir adesão de Pernambuco à convocação da Constituinte brasileira. [...] O primeiro exemplar do jornal *O Conciliador*

¹² Manoel de Freitas Pacheco, *Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Sargento Mór de Ordenança, e Juiz de Fóra pela Lei, desta Villa, e Termo de Sabará*. Rio de Janeiro: Na Typographia de Moreira e Garcez, 1822. Folha volante em apenso na *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 32. Esse impresso traz uma série de doze artigos contra o “malvado Bernardo José da Gama”, acusando-o de ser o autor de um impresso publicado na tipografia de Santos e Sousa, mas assinado pelo desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcellos. Seu parente, José Fernandes Gama, publicou uma tréplica em apenso na *Gazeta* n. 38, pela Typographia Nacional, em defesa de Gama, alegando que todas as acusações não passavam de injúrias.

Nacional saiu à luz no dia 4 de julho de 1822. Lopes Gama ainda não fazia menção à convocação da Constituinte. Apesar de não mencionar a novidade vinda do Rio de Janeiro, é muito provável que Bernardo José da Gama tivesse encomendado a Lopes Gama a abertura de um periódico, para que, quando desembarcasse, tivesse um veículo para expressar suas ideias. Nesse primeiro número d'O Conciliador, já se percebe um nítido alinhamento de Lopes Gama ao ideário trazido por seu primo. Três meses depois, ele já adequaria suas ideias perfeitamente aos interesses desse parente (2014, p. 12).

O *Campeão* não foi, aliás, o primeiro texto de Gama impresso em Salvador. Em 1824, publicara, na Typographia Nacional da Bahia, um folheto de doze páginas intitulado *Manifesto do desembargador Bernardo Jozé da Gama, ex-deputado á Assembleia Constituinte pela Província de Pernambuco*, escrito na Fortaleza do Brum de Pernambuco e datado de 26 de abril de 1824. Excepcionalmente raro, o único exemplar conhecido está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em 1826, seguiu para Salvador nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia.¹³ Saiu de lá em fins de março e chegou ao Rio de Janeiro em abril de 1827, no bergantim norte-americano *Huntario*.¹⁴ O desembargador, ao que parece, não gozava de prestígio político na Bahia. Em 1828, Gama foi um dos deputados menos votados na referida província, com apenas 3 votos, ficando José Lino Coutinho em primeiro, com 172.¹⁵

A despeito de não ter significativo prestígio político na Bahia, não resta dúvida de que o principal redator de *O Campeão Brasileiro* era Gama, apesar de não ter produzido a revista sozinho, conforme será adiante demonstrado.

A sociabilidade maçônica em *O Campeão Brasileiro*

Além da similaridade com o texto do *Memorial* de 1822, outra forma de inferir a identidade do redator daquela revista é por meio de sua ligação com as sociedades maçônicas. O número I de *O Campeão* apresenta uma notícia, extraída de uma gazeta de Bruxelas, cujo escopo é a denúncia de uma loja maçônica catalã que teve seus associados denunciados e punidos com grande violência:

No Precursor de Leão lê-se um artigo, cujo extracto he o seguinte. “Um antigo Official Piamontez por nome Erró, denunciou uma Loja de Maçonaria em Barcelona. Todos os membros desta Loja fôrão presos e julgados pela Real

¹³ *O Spectador Brasileiro* (Rio de Janeiro), , n. CXXIII, p. 3, 16 out. 1826.

¹⁴ *Diario do Rio de Janeiro*, n. 3, p. 13, 4 abr. 1827.

¹⁵ *O Bahiano*, n. 128, p. 1-2, 20 dez. 1828.

Audiência daquela Cidade. O Tenente Coronel Gonsalves (Napolitano) foi condenado à pena de morte por ser o Veneravel da Loja; cuja Sentença já foi executada. Outros dois Napolitanos, e trez Francezes forão condemnados ás Galés; e alguns perpetuamente”.

Ao fim do parágrafo, o redator remete o leitor às suas considerações sobre o que fora noticiado. Fica declarada a defesa das sociedades maçônicas, indicando que o redator possivelmente era iniciado em círculos de pedreiros-livres:

Que horror para a humanidade!!! **Protesto em um dos seguintes numeros tratar amplamente deste assumpto.** De certo que o Brasil não apresenta quadros de tão grande horror!.. No Brasil o homem livre, he protegido, e na Europa o homem livre, porque pertence a uma Sociedade Maçonica, ha de ser enforcado, ha de ser condemnado ás Galés? Sinto em meu coração ter de publicar um semelhante artigo; porém se o faço he para que todos conheçam o nome de um infame denunciante, que sacrificou tantas victimas, e para que se vejam quaes são as consequencias do Despotismo (grifo nosso).

Infelizmente, sem localizar os números subsequentes de *O Campeão*, não foi possível apurar se o redator cumpriu a promessa de voltar ao tema das sociedades maçônicas. É notório, todavia, que os membros das famílias Gama e Serva estavam ligados a sociedades iniciáticas desde o período colonial. Gama deve ter sido iniciado ainda nos tempos de estudante na Universidade de Coimbra. Seu irmão Teodoro José da Gama foi denunciado ao governo em 1817, acusado de ser pedreiro-livre e de fazer parte do “infernall conluio, e plano da sublevação Pernambucal e Baianal” e de residir na casa do frade José de São Jacinto Mavignier, pedreiro-livre também suspeito de conspiração em 1817.¹⁶

A ligação de Gama com as sociedades maçônicas à época da independência era tão profunda que, para ele, “só a maçonaria poderia realizar a união das províncias” (Mello, 2004, p. 97). Segundo Evaldo Cabral de Mello:

Na estreia do decreto de 3 de junho de 1822, que arrancara ao Regente a convocação de Constituinte brasileira, a luta da maçonaria fluminense contra José Bonifácio estendeu-se a Pernambuco. O presidente da Câmara do Rio, José Clemente Pereira, confiou ao desembargador Bernardo José da Gama, nomeado para a recém-criada Relação do Recife, a tarefa de obter a adesão das Câmaras provinciais, a quem competiria organizar as eleições. Gama pertencia a uma ávida família recifense que, em Dezessete, envolvera-se nas intrigas maçônicas

¹⁶ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. II-31,01,021. “4 Cartas anônimas a D. João VI, denunciando planos de sublevação em Pernambuco e Bahia, nomeando alguns traidores e alertando para o perigo da maçonaria”.

do Rio em favor da monarquia constitucional e que depois associara-se à causa do Regente (2004, p. 96-97).

Ainda em 1823, Gama teria pertencido por algum tempo ao Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, sociedade secreta instituída por José Bonifácio no ano anterior, que fragmentou a maçonaria fluminense e levou à perseguição do grupo de pedreiro-livres do Grande Oriente Brasileiro (GOB), alinhados a Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa (Barata, 2007, p. 356-360). Enquanto o Apostolado era formado por indivíduos que se alinhavam à monarquia e ao centralismo, alguns associados do grupo de Ledo e do GOB tinham orientação republicana. Hélio Vianna examinou, no IHGB, um pequeno caderno manuscrito por Bernardo José Gama intitulado *Registros de requerimentos e outras coisas*, no qual se refere a um “voto que dei em certa sociedade secreta, por cuja contestação me desviei da mesma sociedade: que os senadores da futura Constituição nem sejam os maiores proprietários, nem vitalícios” (Vianna, 1968, p. 36-41).¹⁷ Vianna afirma que Gama era o emissário do Apostolado em Pernambuco, sociedade definida por frei Caneca como um

club de aristocratas servis que protegem, procuram e propagam por todos os meios a escravidão do Brazil, contanto que elles também tenham seus escravos, a quem pisar [...] São uma praga de gafanhotos devastadores [...] que tem chegado a penetrar o santuario do soberano Congresso e contaminar seus membros [...]; trazem espiões que pesquisam, vigiam e denunciam ao ministerio todos os que julgam inimigos, não da causa do Brazil, sim do despotismo ministerial (Mello, 1875, v. 1, p. 317).

A instabilidade das sociedades maçônicas no Rio de Janeiro à época da Independência, que colocou o Apostolado em conflito com o GOB, teria levado D. Pedro I a proibir o funcionamento das lojas no Brasil. Ao mesmo tempo que *O Campeão Brasileiro* foi publicado, as lojas maçônicas ainda estavam, ao menos oficialmente, proibidas no Brasil. Voltariam a funcionar após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, e a instauração da regência.

Gama, enquanto D. Pedro I esteve à frente do governo imperial, gozou de prestígio político na província do Rio de Janeiro, que ele governou entre 18 de março e 26 de abril de 1831. Com a queda do imperador, foi destituído do cargo e nomeado para a presidência da província do Pará, onde tomou posse no dia 19 de julho de 1831. Permaneceu no cargo menos de vinte dias, sendo deposto a 7 de agosto e enviado preso para o Rio de Janeiro na fragata *Campista*, a mesma que o transportou da Corte para Belém (Raiol, 1865, p. 5 e 314).

Apesar de todos os elementos confirmarem que um dos redatores de *O Campeão Brasileiro* fora Gama, conforme dito acima, ele não era o único. Durante os seis meses em que a revista

¹⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL 67, manuscrito 1243. “Sinopse dos serviços do Visconde de Goiana, não os ordinários, mas só os extraordinários, que não era obrigado a prestar”, 16 páginas, datado de 10 de agosto de 1841.

havia sido impressa, o pernambucano não estava na Bahia, mas no Rio de Janeiro. Decerto, seus artigos poderiam ser escritos na capital do Império e enviados para Salvador, onde ganhariam prelo. É possível que Gama tivesse escolhido a tipografia soteropolitana dos Serva por duas razões. Primeiro, por ela estar localizada entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, fazendo com que a revista alcançasse em poucos dias os leitores das quatro principais províncias do Império, incluindo Minas Gerais. Segundo, pela notável qualidade dos impressos saídos da oficina tipográfica da família Serva, que já teria, então, dezenove anos de experiência na produção de livros e periódicos. A qualidade gráfica da capa do segundo número de *O Campeão Brasileiro* confirma o apuro gráfico aplicado à revista, que a tornava mais atraente aos olhos dos leitores. É possível, ainda que não seja comprovado com documentos, que a aproximação entre da Gama e os filhos do empresário Serva tenha ocorrido por intermédio de redes de sociabilidade maçônica.

Não era possível a Gama cuidar diretamente de todo o processo editorial da revista, inclusive porque os números localizados apresentam notícias da Bahia, que ele não teria alcançado em tempo hábil, mesmo vivendo na capital do Império. É factível afirmar, portanto, que havia em Salvador outra pessoa que cuidava da redação, da editoração e da impressão de *O Campeão Brasileiro*. Uma pista sobre esse segundo redator está registrada num discreto aviso particular inserido no número 142 do *Diário Mercantil*, do Rio de Janeiro:

O Redactor do Campeão Brasileiro proximately chegado á esta Corte [do Rio de Janeiro], roga a todos os Srs. Redactores que lhe remettião folhas para a Bahia, se dignem suspender a remessa das suas assignaturas para aquella Cidade, podendo as remeter ao Hotel de l'Impire aonde reside o annunciante.¹⁸

Possivelmente, o redator que se encontrava no Rio de Janeiro em fevereiro de 1831 era o jovem tipógrafo José Antônio da Silva Serva (1808-1878), segundo filho de Manoel Antônio da Silva Serva e da viúva Maria Rosa da Conceição Serva. José Antônio e seu irmão Manoel Antônio, homônimo ao pai, eram sócios da mãe e estavam administrando a tipografia da Viúva Serva e Filhos desde 1828. É certo que José Antônio retornou do Rio de Janeiro para a Bahia no início de junho de 1831, pois no *Diário Mercantil*, na seção de entrada e saída de passageiros e embarcações, está registrado: “Jose Antonio da Silva Serva, B[rasileiro]. Nato, para a Bahia”.¹⁹ A presença dele na Corte, para onde deve ter seguido em meados de janeiro de 1831, justificaria, inclusive, o encerramento do periódico no sexto número, em janeiro de 1831, visto que um de seus redatores não mais se encontrava na Bahia.

É possível, apesar de não ser comprovado até o presente, que Manoel Antônio (1802-1846), então com cerca de 26 anos, também tenha participado da produção da revista. Antes

¹⁸ *Diário Mercantil ou Novo Jornal de Commercio* (Rio de Janeiro), n. 142, p. 3, 7 fev. 1831.

¹⁹ *Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*, n. 232 (sic por 233), p. 4, 3 jun. 1831.

de assumir a direção da tipografia, porém, Manoel Antônio, o filho, a despeito de ser jovem, tivera uma trajetória dinâmica. Quando tinha mais ou menos 17 anos, a família o enviou da Bahia para Lisboa. Na capital portuguesa, deve ter ficado sob a proteção do tio, Manoel José da Silva Serva, o Ciro, comerciante de grosso trato e tesoureiro do Grande Oriente Lusitano. Em 1817, mesmo ano em que Gomes Freire de Andrade foi executado, seu tio estava sendo investigado pela Intendência de Polícia, por sua ligação com a sociedade dos pedreiros-livres (Magalhães, 2016, p. 228-230).

O jovem Manoel Antônio, com aproximadamente dezoito anos, estava em Portugal quando eclodiu a Revolução Liberal e Constitucional do Porto, em agosto de 1820. Dois meses após seu início, solicitou retornar para a Bahia. Um atestado passado a favor da viagem de retorno do jovem foi assinado por Felipe Ferreira de Araújo e Castro, o mesmo pedreiro-livre que tivera participação na fuga de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, após sua escapada dos estados do Santo Ofício de Lisboa para Gibraltar, sendo também amigo de Diogo Soares da Silva de Bivar, um dos principais colaboradores da tipografia de Serva na sua primeira fase (Magalhães, 2016, p. 104-138). À época, Araújo e Castro, que servia como desembargador da Relação e Casa do Porto, também estava encarregado interinamente da Intendência Geral da Polícia da Capital e do Reino, pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino:

Attesto que Manoel Antonio da Silva Serva, caixeiro de comercio, solteiro, de idade de dezoito annos, natural da Bahia, não tem impedimento pela Policia para passar como pertende a sua Patria. E para constar aonde lhe convier, especialmente na Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, onde deve recorrer para conseguir seu Passaporte, mandei passar o presente por mim assignado ficando na Secretaria desta Intendencia os documentos que legitimão o corrente. Lx.^a 10 de Outubro de 1820. Felipe Ferreira de Araujo e Castro.²⁰

Antônio Henrique de Oliveira Marques assinala que Manoel Antônio fez parte da Sociedade Literária Patriótica, agremiação paramaçônica que funcionou de 2 de janeiro de 1822 a junho de 1823 (Marques, 1996, p. 544). Ele, contudo, deve ter retornado ao Brasil em meados de 1821. Foi em seguida para o Rio de Janeiro, onde se tonou professor de primeiras letras no Imperial Colégio de São Joaquim até 1825. Pediu demissão em razão do “modico ordenado q recebe não chega[r] p.^a sustentar-se decentem.^{em}”.²¹ Pleiteou licença para abrir um “Imperial Colégio de São Pedro”, mas não foi atendido.

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Avulsos. Caixa 263, documento 18506. Requerimento do caixeiro de comércio Manoel Antonio da Silva Cerva ao rei [D. João VI] solicitando passaporte para regressar à Bahia.

²¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. C-0906,010, N. 001-004 “Requerimento encaminhado ao Ministério do Império”.

Manoel Antônio retornou para a Bahia e, a partir de 1828, foi o principal responsável pela recuperação da tipografia da família, que deve ter passado por graves problemas financeiros, pelo que pode ser inferido com base na escassez do número de impressos da Serva no biênio de 1826 e 1827. Entre 1820 e 1827, a tipografia da Viúva Serva e Carvalho, administrada por José Teixeira de Carvalho, apesar de sua importância política, não primou pelo apuro técnico e pelas artes gráficas. Seus folhetos são, com raríssimas exceções, feios e de baixa qualidade técnica, sendo que muitos nem tinham folha de rosto. Sob a administração do primogênito, junto com a mãe e o irmão, a tipografia voltou a prosperar, recuperando o primor gráfico e se impondo no cenário político e editorial da Bahia. *O Campeão Brasileiro* é resultado direto dessa mudança na administração da tipografia e de sua aproximação dos setores políticos.

O outro herdeiro da tipografia, José Antônio, a exemplo dos demais membros da família Serva, também estava ligado a redes de sociabilidade maçônica. Seu [possível] tio Ciro era tesoureiro do Grande Oriente Lusitano, em Lisboa (Magalhães, 2016, p. 228-230). Não foi possível identificar em qual loja José Antônio fora iniciado, mas é factível afirmar que já era pedreiro-livre em 1835, pois estava entre os fundadores da Loja Fidelidade e Beneficência, criada em Salvador pelo comerciante Francisco Remígio Vieira (Portugal, 1º de outubro de 1798 - Salvador, 1865) em 17 de outubro de 1835 e regularizada a 17 de novembro de 1835. Filiou-se ao Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito em 13 de agosto de 1839, observando, obviamente, o Rito Escocês.²²

A Loja Fidelidade e Beneficência estava submetida à potência maçônica do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, sediada no Rio de Janeiro desde 1829, quando fora estabelecida por Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, que iniciou sua carreira imprimindo *O Diário Constitucional* (1822) na tipografia da família Serva. O Supremo Conselho nasceu como uma potência maçônica, que concorria com os dois grandes orientes instalados no Rio de Janeiro, mas que não tardou a ser colocada na esfera de influência dos irmãos Andrada, com a deposição de Montezuma (Prober, 1982, p. 39-50).

Arlindo Bastos de Miranda, que tivera acesso aos documentos de criação daquela sociedade, publicou em 1935 a sua ata de fundação e a lista dos seus primeiros quadros, onde está o nome de “José Antonio da Silva Serra [sic] (negociante)” (Miranda, 1935, p. 16-18). Os principais quadros da loja baiana eram o padre Antônio José do Amaral, na função de seu Venerável, o cirurgião-mor Francisco Pereira, 1.º Vigilante, o tenente-coronel João de Sousa, 2.º Vigilante, e, por fim, Antônio Joaquim de Sousa Gomes, designado Orador da referida agremiação. Os associados da Fidelidade e Beneficência podem ter, inclusive, auxiliado a fuga de Bento Gonçalves, presidente da República do Piratini, então preso no Forte do Mar.

²² Manuscrito da coleção do autor. Cópia do Códice das Atas do Colégio dos Ritos do Grande Oriente Brasileiro (1839-1841). Ainda operava no Rito Escocês de acordo com a Ata da Sessão n. 337, de 2 de outubro de 1842, do Colégio dos Ritos do Grande Oriente Brasileiro. Esse documento, adquirido por compra, pertenceu à biblioteca do historiador maçom Kurt Prober, falecido em 2008.

Na sessão de 30 de junho de 1837, a loja apreciou o pedido de auxílio solicitado pelo “Ir. R. C. Bento Gonçalves da Silva” e manifestou-se favorável a socorrê-lo “de que precisasse e estivesse ao alcance da Loj:.” (Miranda, 1835, p. 16-18). É surpreendente que José Antônio fizesse parte de uma sociedade que pode ter auxiliado um dos mais notáveis opositores da unidade do Império, na medida em que a tipografia de Serva, desde 1828, manteve contínuo apoio ao governo imperial.

Essa aliança entre Serva e o governo imperial foi reafirmada, para além de *O Campeão Brasileiro*, durante toda a década de 1830 e primeira metade da década de 1840. De acordo com o próprio Manoel Antônio,

Desde 1828 que somos proprietarios de uma typographia, e n’ella temos sido editor constante de varias publicações até o presente. [...] Demos a luz depois o *D. Pedro Segundo*, periodico este, em que se propagava a doutrina da maioridade do Imperador, anteriormente ao tempo em que ella foi proclamada. Forão tambem de nossa edição [...] outro folheto intitulado — *D. Pedro Segundo*, — o qual fizemos imprimir 4.000 exemplares com a effigie do Sr. D. Pedro Segundo, distribuindo-os gratuitamente pelo povo no faustissimo anniversario que então se celebrou de Sua Magestade Imperial [...] A’ que prazer pois nos propuzemos desde 1828 pelo vehiculo da imprensa? o da firmeza de sentimentos politicos a bem da constituição , da ordem social, do throno , da religião e das autoridades legitimas, fossem quaes fossem as crises porque passasse esta provincia, quaesquer que fossem os perigos que corressemos, fossem estes ou aquelles os calculos ou dos ambiciosos, ou dos illudidos.²³

Pedro I, o imperador cuja autoridade *O Campeão Brasileiro* tanto defendeu, deixou o governo e o Brasil apenas três meses após o fim da revista, em abril de 1831, dando início ao período regencial (1831-40), que amplificou severamente as turbulências políticas nas províncias do Império. A revista fracassou no seu propósito. José Antônio, contudo, continuou a dirigir, ao lado do irmão e da mãe, uma das mais importantes tipografias das províncias do Norte do Brasil. A partir de novembro de 1837, desfeita a sociedade com o irmão, experimentou as inconveniências da Sabinada, revolução republicana que separou a cidade da Bahia do Império, e viu-se obrigado a transferir sua tipografia para a ilha de Itaparica até a unidade constitucional ser restabelecida, no ano seguinte. O cronista Domingos Raiol, barão de Guajará, afirma que Gama “professara sempre os dogmas da escola liberal. A nacionalidade brasileira era a idéia que mais lisonjeava o seu espírito; defendeu-a até com fanatismo” (1865, p. 29).

À guisa de conclusão, é possível afirmar que *O Campeão Brasileiro*, no contexto da época, utilizou os recursos tipográficos e literários possíveis, inclusive a gravura do imperador, para afirmar publicamente sua principal pauta política, que consistiu na manutenção da

²³ *Diario do Rio de Janeiro*, n. 142, Anno XXII, p. 1-2, 30 jun. 1843.

unidade constitucional e, conseqüentemente, territorial, sob o governo de D. Pedro I. A rede de distribuição da revista, conforme demonstrado acima, buscou que sua agenda alcançasse os principais centros políticos europeus, além das maiores províncias do Império. As causas advogadas pela revista fracassaram no seu propósito.

Permanece, contudo, a curiosidade a respeito do que o redator de *O Campeão Brasileiro* teria escrito acerca das sociedades maçônicas no Brasil, se é que ele cumpriu a promessa feita no primeiro número. Somente encontrando os números de III a VI, bem como o suposto suplemento, para confirmar isso. Encontrá-los pode trazer mais informações sobre os usos da imprensa no agitado cenário que caracterizou o fim do primeiro Império, em que a continuidade da unidade constitucional no Brasil esteve seriamente ameaçada.

Referências bibliográficas

- ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial: Bahia, 1832-1833*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo 1995, p. 77-86.
- BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-375.
- BULLETIN DES ÉTUDES PORTUGAISES. V. 28-30. Coimbra: Institut français au Portugal, 1967.
- CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. *Annaes da Imprensa da Bahia: 1º Centenário (1811-1911)*. 2. ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2006.
- CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva (1811-1819)*. Salvador: Departamento da Educação Superior e da Cultura, 1969.
- CATÁLOGO. Exposição de história do Brazil. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. IX, parte 1, Rio de Janeiro, 2 dez. 1881.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- _____. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, São Paulo, p. 173-191, jan./abr. 1991.
- COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil: o século XIX*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- FELDMAN, Ariel. A mesma independência: a atuação pública de um unitário pernambucano (1822-1823). *Tempo* (Niterói), v. 20, p. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542x-2014203611.pdf>. Acesso em: 8 abr, 2017.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Redatores, livros e leitores em *O Patriota*. KURY, Lorelai Brillhante (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 41-66.
- GAMA, Bernardo José da. *Manifesto do desembargador Bernardo Jozé da Gama, ex-deputado à Assembleia Constituinte pela Província de Pernambuco*. Bahia: Typographia Nacional, 1824.
- _____. *Memoria sobre as principaes cauzas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas provincias oferecida ao Principe Real por B.J.G. 1º anno da Regeneração do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822.
- GARRETT, Almeida. Obras completas de Filinto Elysio. Nova Edição, Lisboa 1836-1840. *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa*. Tomo I. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1842, p. 329.
- IPANEMA, Marcelo de; IPANEMA, Cybelle de. *Imprensa Fluminense: ensaios e trajetos*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.
- KURY, Lorelai Brillhante. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Biblioteca Nacional, 2007.
- LEAL, Augusto Soares d'A. B. de P. *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, v. 2, 1874, p. 254.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A literatura nas sombras: as edições em português e os tradutores da Atalá de Chateaubriand na crise do Antigo Regime luso-brasilico (1810-1820). *Literatura e Sociedade* (São Paulo), v. 23, p. 104-138, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i23p104-138>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- _____. As servinas em Portugal: a rede comercial intercontinental de livros impressos na Bahia colonial. *Topoi*, v. 17, p. 223-256, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X0173212>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- _____. Ignacio José de Macedo: da Idade d'Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 108, 2013.

- MARQUES, Antonio Henrique Rodrigo de Oliveira. *História da maçonaria em Portugal. Política e maçonaria: 1820-1869 (1ª parte)*. Lisboa: Editorial Presença, v. 2, 1996.
- MELLO, Antonio Joaquim (Ed.). *Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Typ. Mercantil, v. 2, 1875-1876.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MIRANDA, Arlindo Bastos de. Epheméride Gloriosa. *Revista Boletim Maçônico*. Salvador, v. 12, out./dez. 1935.
- MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- MOREL, Marco. *Sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)*. Cipriano Barata. São Paulo: Edusp, 2008.
- O CAMPEÃO BRAZILEIRO. *Periodico mensal politico, historico e literário*, ago. 1830, Bahia, v. 1, 1830.
- _____. *Periodico mensal politico, historico e literário*, set. 1830, Bahia, v. 2, 1830.
- O IMPARCIAL BRAZILEIRO. *Jornal Politico e Literario*, n. 107, 6 nov. 1830.
- PAIVA, Tancredo de Barros. *Achegas a um dicionario de pseudonyms, iniciaes, abreviaturas e obras anonymas de auctores brasileiros e de estrangeiros, sobre o Brasil ou no mesmo impressas*. Rio de Janeiro: J. leite & Cia, 1929.
- PROBER, Kurt. *História do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil*. Volume I: 1832 a 1927. Paquetá: Livraria Kosmos, 1982.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.
- RIBEIRO, Gladys Sabina; BESSONE, Tânia; GONÇALVES, Monique; MOMESSO, Beatriz Piva (Orgs.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência, revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. 1, 1975.
- ROCKWELL, Elise. La lectura como práctica cultural: conceptos para el estudio de los libros escolares. *Educación e Pesquisa* (São Paulo), v. 27, n. 1, p. 11-26, 2001.
- SANTOS, Manoel dos (Ed). *Catálogo duma importante livraria que será vendida em leilão sob direcção de Manoel dos Santos: obras antigas e modernas, muitas das quaes referentes ao Brazil, Japão, China, Índia, etc*. Porto: Sociedade de Papelaria, 1927.
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHNEIDER, Jürgen. *Handel und Unternehmer im französischen Brasiliengeschäft 1815-1848: Versuch einer quantitativen Strukturanalyse*. Köln: Böhlau, 1975.
- SILVA, Manuel Francisco Dias da. *Diccionario biographico de brasileiros celebres: nas letras, artes, politica, philantopia, guerra, diplomacia, industria, sciencias e caridade desde o anno de 1500 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- _____. *Diário Constitucional: um periódico baiano defensor de D. Pedro – 1822*. Salvador: Edufba, 2011.
- _____. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: Edufba, 2008.
- TAVARES, Luis Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. 2. ed, Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.
- VIANNA, Hélio. A primeira revista literária brasileira. *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro), n. 5, p. 11-31, mar. 1943.
- _____. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- VIEIRA, Domingos. *Grande diccionario portugez ou Thesouro da lingua portugeza de frei Domingos Vieira*. Porto: E. Chadron e B. H. de Moraes, v. 6, 1874.